

José Alberto Rosado dos Santos Vítor;
Miguel Tribolet de Abreu;
Pedro Jorge Martins Coelho.

2 — Fazem ainda parte deste Conselho Coordenador de Avaliação de Docentes do Instituto Superior Técnico, a que presido, os Presidentes do Conselho Científico e do Conselho Pedagógico, respetivamente, Professor Luís Miguel de Oliveira e Silva e Professora Maria Raquel Múrias dos Santos Aires Barros, como membros por inerência.

3 — O presente despacho produz efeitos na data da sua assinatura, devendo ser publicado no *Diário da República* e inserido na página oficial do Instituto.

24 de janeiro de 2019. — O Presidente do Instituto Superior Técnico,
Prof. Doutor Arlindo Manuel Lime de Oliveira.

312018661

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Instituto de Higiene e Medicina Tropical

Edital n.º 271/2019

Anúncio para contratação de Doutoramento para exercício de atividades de investigador

Concurso de Emprego Científico Ref. PTDC/BIA-OUT/29477/2017

Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, e tendo em conta o regime jurídico para que remete, constante do mesmo diploma legal, encontra-se aberto um procedimento concursal de seleção internacional para o preenchimento de um lugar de doutoramento para o exercício de atividades de investigação científica financiadas por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com o seguinte enquadramento e especificações:

Enquadramento

a) A decisão de abertura do procedimento concursal é suscitada pelo facto do projeto com a referência PTDC/BIA-OUT/29477/2017 (AR-BOMONITOR: O vetor de Dengue, Chikungunya e Zika na Europa: otimização para a vigilância e controlo vetorial de custo eficiente) contemplar no seu planeamento atividades de investigação científica a serem desempenhadas por um elemento de equipa doutorado.

b) Não serão admitidos a ocupar o lugar a concurso por falta de mérito absoluto candidatos que, numa escala de valorização entre 0 e 20 dos respetivos critérios de seriação, não obtenham 10 pontos.

c) Não serão admitidos a ocupar o lugar a concurso por falta de mérito absoluto candidatos que, numa escala de valorização entre 0 e 20 dos respetivos critérios de seriação, não obtenham 10 pontos.

Requisitos gerais da candidatura:

a) Pessoas nacionais, estrangeiras e apátridas, titulares de grau de Doutor em Ciências Biológicas, Ciências Biomédicas, Ciências da Saúde ou áreas afins;

b) Detentores(as) de um currículo científico e profissional que revele um perfil adequado à atividade a desenvolver;

Caso o doutoramento tenha sido conferido por instituição de ensino superior estrangeira, tem de respeitar o estabelecido no Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de outubro, devendo o cumprimento de quaisquer formalidades aí estabelecidas ocorrer até à data do termo do prazo para a candidatura.

O reconhecimento dos graus académicos estrangeiros apenas será exigido aos candidatos selecionados para efeito da celebração do contrato de trabalho. A não apresentação pelo candidato, daquele reconhecimento, no prazo determinado para a assinatura do contrato determinará a passagem para o candidato ordenado em 2.º lugar e assim, sucessivamente.

Requisitos específicos da candidatura:

Doutoramento em Ciências Biológicas, Ciências Biomédicas, Ciências da Saúde ou áreas afins;

Experiência científica relevante na área da genética populacional, com destaque para estudos de estrutura populacional, análises de conectividade genética e estimativas de fluxo genético;

Experiência científica relevante em análises filogenéticas e de filo-geografia;

Experiência laboratorial em técnicas de genética, nomeadamente na genotipagem de marcadores moleculares (e. g. microssatélites, SNPs), análise de sequências de DNA, com recurso a metodologias baseadas na PCR e PCR em tempo real;

Dar-se-á preferência a candidatos com conhecimentos e experiência científica na área da entomologia médica;

Bom domínio da língua inglesa.

Disponibilidade para dedicação exclusiva;

Disponibilidade para iniciar contrato em abril de 2019;

Funções a desempenhar:

Aplicação de técnicas laboratoriais de genotipagem de marcadores genéticos e de sequenciação de DNA em amostras de mosquitos;

Análise de dados genéticos com recurso a programas informáticos específicos;

Preparação e submissão de artigos científicos;

Participação na formação de estudantes ao nível de mestrado e doutoramento;

Participação em atividades de gestão de recursos laboratoriais e de administração do projeto;

Contrato e categoria:

A contratação é efetuada através de contrato a termo resolutivo incerto nos termos do Código de Trabalho, como Doutoramento, Nível 33 da tabela retributiva única (TRU), de acordo com o Decreto-Regulamentar n.º 11-A/2017, de 29 de dezembro.

Duração:

O contrato terá início previsto em abril de 2019 e poderá vigorar no máximo até ao termo do projeto, não podendo, em qualquer caso, exceder 6 anos nos termos da Lei.

Local de trabalho:

Instalações do IHMT-NOVA (Lisboa), CIBIO (Polo de Lisboa) e IGOT-UL (Lisboa).

Documentos que devem instruir a candidatura:

Carta de motivação (max. 3000 caracteres, incluindo espaços);

Curriculum vitae detalhado de acordo com os requisitos da candidatura;

Cópia de certificado ou diploma de Doutoramento;

Cópia do cartão de identificação ou passaporte conforme aplicável.

Métodos de seleção e definição das respetivas ponderações:

Avaliação curricular (avaliação do *Curriculum vitae* e da carta de motivação, de acordo com o especificado nos requisitos gerais e específicos) — 90 %

Entrevista (se necessária) — 10 %

No caso de não haver lugar a entrevista, por não existir mais que um candidato ou a avaliação curricular se revelar suficiente para ordenar os candidatos, esta tem uma ponderação de 100 %.

A indicação dos métodos de seleção, suas ponderações e sistema de classificação consta da Ata n.º 1 das reuniões do Júri.

Composição do júri do concurso:

Presidente: Prof. Doutor João Pinto, Professor Auxiliar com Agregação, IHMT/UNL;

Vogal efetivo: Doutor Henrique Silveira, Professor Catedrático, IHMT/UNL;

Vogal efetivo: Doutor Hugo Rebelo, Investigador Doutoramento, CIBIO-INBIO/UPorto;

Vogal efetivo: Doutor César Capinha, Professor Auxiliar Convitado, IGOT, ULisboa;

Vogal suplente: Doutora Ana Paula Arez, Investigadora Principal, IHMT/UNL.

Prazo de candidatura:

O prazo para apresentação de candidaturas é de 10 dias úteis a contar da data da publicação no *Diário da República*. As candidaturas devem ser enviadas por *email* indicando a referência no Assunto para o endereço eletrónico jpinto@ihmt.unl.pt até às 17h00.

O Aviso integral deste procedimento estará disponível na página eletrónica da FCT em <http://www.eracareers.pt> e na página eletrónica do IHMT em <http://www.ihmt.unl.pt/category/bolsas-e-concursos/>

Notificação dos Resultados: Todos os candidatos serão informados das decisões por *e-mail*.

Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

25 de janeiro de 2019. — O Diretor do IHMT da NOVA, *Professor Doutor Paulo Ferrinho*.

312018515

UNIVERSIDADE DO PORTO

Faculdade de Economia

Aviso (extrato) n.º 2634/2019

Procedimento Concursal de Seleção Internacional de 1 Investigador Doutorado

Por despacho de 22 de janeiro de 2019 do Diretor da Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP) e nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho, torna-se público que se encontra aberto, pelo prazo de dez dias úteis a contar da data de publicação do presente Aviso, 1 procedimento concursal de seleção internacional para a contratação de 1 Investigador Doutorado, para o projeto “Nova Economia Geográfica, Desenvolvimento Regional e Migrações” — NEGDRM (Ref.ª PTDC/EGE-ECO/30080/2017). O Aviso integral deste procedimento encontra-se disponível na Bolsa de Emprego Público (BEP), no portal Eracareers, na página de Recrutamentos da Universidade (https://sigarra.up.pt/spup/pt/noticias_geral.lista_noticias) e no sítio da FEP.

28 de janeiro de 2019. — O Diretor da FEP, *Professor Doutor José Manuel Janeira Varejão*.

312019106

SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO

Despacho (extrato) n.º 1712/2019

Nos termos da alínea *g*) do n.º 2 do artigo 10.º dos Estatutos dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 209/2009, de 28 de outubro, e considerando a sua experiência profissional e competência técnica, conforme nota curricular em anexo, nomeio em comissão de serviço em regime de substituição nos termos do Código do Trabalho, a Mestre Amélia Sofia Gomes da Costa para exercer o cargo de Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho.

A presente nomeação produz efeitos a 10 de dezembro de 2018.

Nota Curricular

Amélia Sofia Gomes da Costa, nascida em 04 de outubro de 1984 em Vila Nova de Famalicão.

Licenciatura em Administração Pública, pela Universidade do Minho, 2008; Pós-Graduação em Sistemas de Normalização Contabilístico, pelo Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, 2011 e Mestrado em Contabilidade pela Universidade do Minho, 2016.

De abril de 2017 até à presente data, exerce funções de responsável pela coordenação do Setor de Recursos Humanos dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho na carreira e categoria de Técnico Superior, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do mapa de pessoal dos mesmos Serviços. É Membro da Equipa de Qualidade e Auditora Interna e Membro do Conselho Coordenador da Avaliação dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho;

De julho de 2016 a abril de 2017, exerceu funções no Núcleo de Gestão Administrativa e Financeira do Instituto de Emprego e Formação Profissional, I. P., e Centro de Emprego e Formação Profissional de Braga, em regime de mobilidade, na modalidade de mobilidade na categoria.

De dezembro de 2009 a julho de 2016, exerceu funções de apoio técnico à responsável do Departamento Administrativo e Financeiro dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho, na carreira e categoria de Técnico Superior, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do mapa de pessoal dos mesmos Serviços.

De maio de 2008 a dezembro de 2009, exerceu funções no Departamento Administrativo e Financeiro dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho, em regime de prestação de serviços.

22 de janeiro de 2019. — O Administrador para a Ação Social, *António Maria Vieira Paisana*.

312008414

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

Declaração de Retificação n.º 155/2019

Em atinência ao Aviso (extrato) n.º 2337/2019, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 29, a 11 de fevereiro de 2019, onde se lê:

Ordem	Nome
1.º	José Alberto Cardoso Pereira.

deve ler-se:

Ordem	Nome	CF
1.º	Ana Lúcia de Jesus Pinto	74,56
2.º	Tânia de Jesus Vilela da Rocha	49,85
3.º	Sara Daniela Bento Botelho da Silva	36,17
4.º	Ricardo José Vieira Baptista	32,31
5.º	Rogério Paulo Azevedo Moreira Silva Gomes	16,71

11 de fevereiro de 2019. — A Administradora do Instituto Politécnico de Bragança, *Elisabete Vicente Madeira*.

312058198

INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE

Despacho n.º 1713/2019

Nomeação do administrador do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Dr. Diogo Augusto Freitas Moreira

Considerando que o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, prevê no seu artigo 123.º que as Instituições de Ensino Superior têm um Administrador escolhido entre pessoas com saber e experiência na área da gestão;

Considerando o estabelecido no artigo 39.º dos Estatutos do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, homologados pelo Despacho Normativo n.º 15/2014, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, de 5 de novembro, com as alterações homologadas pelo Despacho Normativo n.º 20/2015, publicado na 2.ª série, do *Diário da República* de 14 outubro, em que a competência para nomear ou exonerar o administrador é do Presidente do IPCA:

Considerando o currículo do Dr. Diogo Augusto Freitas Moreira, nomeadamente ser licenciado em Gestão e com experiência de gestão em instituições de ensino superior;

Assim, ao abrigo do artigo 38.º, n.º 2, alínea *g*), e do artigo 39.º, n.º 2, dos Estatutos do IPCA:

1) É nomeado, em regime de Comissão de Serviço, para o cargo de Administrador do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, o Dr. Diogo Augusto Freitas Moreira, em comissão de serviço nos termos do Código do Trabalho.

2) A presente nomeação produz efeitos a 1 de janeiro de 2019

2 de janeiro de 2019. — A Presidente do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, *Maria José da Silva Fernandes*.

311984731

Despacho n.º 1714/2019

Torna-se público que, por deliberação da Presidente do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, de 29 de setembro de 2018, foi aceite o pedido de cessação da designação em regime de comissão de serviço, apresentado por Isabel Maria Alves do Rêgo, no cargo de Administradora do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, com efeitos a 31 de dezembro de 2018.

10 de janeiro de 2019. — A Presidente do IPCA, *Maria José da Silva Fernandes*.

311969285